



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

REQUERIMENTO Nº DE 2014

(Do Sr. Duarte Nogueira)

Solicita que seja convocado o Ministro da Saúde Senhor Arthur Chioro para prestar esclarecimentos sobre o modelo da parceria adotada para a contratação de médicos cubanos pelo Programa Mais Médicos para o Brasil e suas diferenças para com os modelos adotados por outros países.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 1º da Constituição Federal, combinado com o art. 219, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja convocado o Ministro da Saúde Senhor Arthur Chioro para prestar esclarecimentos sobre o modelo da parceria adotada para a Programa Mais Médicos para o Brasil e suas diferenças para com os modelos adotados por outros países.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICAÇÃO

O Programa Mais Médicos tem com objetivo trazer médicos estrangeiros para atender a atenção básica no Brasil nas periferias urbanas e no interior do País. O Programa já recrutou mais de seis mil médicos e, desse total, 80% (oitenta por cento) são cubanos.

O atual Ministro Arthur Chioro reitera a informação prestada pelo ex-ministro da Saúde, Alexandre Padilha, durante Comissão Geral na Câmara dos Deputados, em 4 de setembro de 2013: *“Minha preocupação é levar médicos para brasileiros que não têm médicos – é isso que nos move -, com base em parcerias que são feitas em 58 países, através da Organização Pan-Americana de Saúde”,* afirmou Padilha, na ocasião.

Conforme fala do então Ministro Alexandre Padilha:

“Eu acho que o Congresso Nacional não pode reverberar qualquer banalização da expressão “trabalho escravo”, em nome de todas as regras que o Brasil, a ONU e a Organização Pan-Americana da Saúde, que é o braço da Saúde da OUN e para as Américas, sempre tiveram em relação a essa expressão. Não existe nenhum paralelo entre o trabalho escravo e o que fazem as missões externas do Ministério da Saúde em Cuba em 58 países do mundo hoje – países das Áfricas, do Oriente Médio e da Europa, com Portugal.

Alguém acha que a Europa iria permitir trabalho escravo em Portugal, na área rural de Portugal? Foi tão bem-sucedido o programa naquele país que, quando se tentou retirar os médicos cubanos da área rural de Portugal, a população do país e os governos locais defenderam a manutenção do Programa. Até o Presidente da Ordem dos Médicos de Portugal, que era um feroz opositor ao programa, admitiu outro dia, quando houver um debate sobre esse assunto é natural que a população defenda os médicos cubanos em Portugal, porque é uma forma de garantir atendimento em áreas rurais daquele país.

Então, nós não podemos banalizar a expressão “trabalho escravo”. Não podemos banalizar essa expressão! A outra questão é que eu queria, mais uma vez, na condição de Ministro da Saúde, reforçar que nós devemos separar as opiniões que cada um pode ter em relação ao regime cubano, seu regime econômico, seu sistema democrático do que pensamos sobre a missão do Ministério da Saúde que outros 58 países do mundo recebem e que é uma alternativa para levar médicos a milhões de brasileiros que não têm médicos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

A minha preocupação é levar médicos para brasileiros que não têm médicos é isso que nos move -, com base em parcerias que são feitas em 58 países, através da Organização Pan-Americana de Saúde.”

Após questionamento, o Ministério da Saúde afirmou que houve um equívoco e que, diferentemente do que foi divulgado pelos Ministros, França, Chile e Itália não têm mesmo acordo com Cuba para a contratação de médicos.

“JN Edição do dia 27/02/2014”

27/02/2014 22h14 - Atualizado em 27/02/2014 22h14

MPT investiga irregularidades no contrato de cubanos no Mais Médicos

Cubanos recebem menos de 25% do salário pago a outros médicos do programa. MPT quer estabelecer mudanças em acordo com o governo.

O Ministério Público do Trabalho está concluindo uma investigação sobre denúncias de irregularidades no programa Mais Médicos, que também é questionado no [Supremo Tribunal Federal](#). Os procuradores investigam, entre outros pontos, a forma como profissionais cubanos foram contratados para fazer parte do programa. A repórter Camila Bomfim mostra como médicos estrangeiros têm sido contratados aqui no Brasil e em outros países.

O uso de mão-de-obra médica estrangeira é recorrente entre governos pelo mundo. Aqui no Brasil, o programa Mais Médicos já recrutou mais de seis mil profissionais e, desse total, 80% são cubanos.

Contratados por meio de um acordo entre o Governo brasileiro, a Organização Panamericana da Saúde e Cuba, os médicos cubanos recebem menos de 25% do salário pago aos outros integrantes do programa.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

O governo brasileiro repassa à Opas mais de R\$ 10 mil por médico, por mês; o dinheiro vai para uma empresa ligada ao Ministério da Saúde de Cuba, que, por contrato, faz o pagamento. Os cubanos recebem, por mês, US\$ 1 mil, o equivalente a R\$ 2.350. E só podem usar, no Brasil, US\$ 400: R\$ 940. O restante fica retido pelo governo de Cuba.

Nem a Opas nem o Ministério da Saúde informam onde vai parar a diferença de mais de R\$ 8 mil por mês, entre o que o Brasil repassa e o que é efetivamente pago aos cubanos.

O programa tem duração de três anos, só no primeiro semestre, o Brasil repassou R\$ 511 milhões para a entidade, para pagar a bolsa aos participantes e despesas da Opas, que não são publicamente detalhadas.

O ministro da Saúde disse que a parceria para a contratação desses médicos segue o modelo adotado por dezenas de países.

"A organização panamericana estabelece o processo de cooperação com o governo de Cuba, nos mesmos moldes, respeitando as mesmas condições que são estabelecidas para mais de 60 países", afirma o ministro da Saúde, Arthur Chioro.

O levantamento feito pelo Jornal Nacional em países indicados pelo Ministério da Saúde mostra que não é bem assim.

Na França, os contratos são individuais, sem intermediação de nenhuma entidade de saúde, e os cubanos não participam de um programa federal. Tem os mesmos direitos dos franceses.

No Chile, também não há acordo de cooperação internacional com nenhuma entidade intermediária. Os contratos também são diretos com os médicos, e têm direito aos mesmos salários.

Citada pelo ministério, a Itália não contrata médicos cubanos.

Entre os países pesquisados, somente Portugal tem um programa semelhante ao Mais Médicos. Portugal fechou acordo intermediado pela Opas em 2009. Dos 40 médicos cubanos contratados, hoje restam apenas 12.

A própria Opas admite: tem acordos de cooperação com diversos países, mas, com as características do Mais Médicos no Brasil é a primeira vez.

A diferença salarial entre cubanos e demais participantes do programa levou Ramona Rodrigues a abandonar o Mais médicos no início do mês, o que trouxe a público os detalhes do contrato. "Nós somos iguais a todos, com a mesma capacidade, preparação, e com o mesmo trabalho", disse.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

O Ministério da Saúde diz que a Opas é a responsável pela interlocução com Cuba. Já a entidade diz que cabe a cada país tomar a decisão de disseminar ou não seus acordos.

No Brasil, a Opas é representada por um cubano, Joaquim Molina. A entidade também se negou a dar informações sobre o contrato ao Ministério Público do Trabalho, que está investigando o programa.

“O que nos interessa aqui nesse inquérito é a legislação nacional, e ela não possibilita esse tratamento desigual e não possibilita pretender-se aplicar no Brasil legislação de Cuba”, declara Sebastião Caixeta, procurador do MPT.

O Ministério Público do Trabalho deve terminar essa investigação nos próximos 15 dias. A ideia é estabelecer mudanças em acordo com o governo. E, se isso não resolver, o MP vai recorrer à Justiça para garantir direitos trabalhistas dos médicos. Em outra frente, o Supremo Tribunal Federal analisa duas ações que questionam se a lei que criou o programa fere a constituição.

O jurista Ives Gandra disse que, pelo contrato, os cubanos estão proibidos de comentar o teor do documento assinado com o governo cubano, transitar livremente pelo Brasil e até manter um relacionamento amoroso com brasileiros. “Nós estamos evidentemente com um regime jurídico para todos os médicos estrangeiros e um regime de escravidão para os médicos cubanos”, declara Ives Gandra, jurista.

Nesta quinta-feira (26) à tarde, depois de quatro dias de questionamentos, o ministério da Saúde afirmou que houve um equívoco e que, diferentemente do que vinha divulgando, França, Chile e Itália não têm mesmo acordo com Cuba para a contratação de médicos, tal como nós apuramos. O Jornal Nacional procurou o governo para esclarecer outros pontos controversos do programa.

O procurador-geral da União disse que o Brasil não pode mexer no salários dos médicos cubanos porque eles assinaram contrato com o governo de Cuba.

“Adequações são possíveis, agora nós não temos ingerência, não temos essa capacidade de modificar esse valor, já que é um valor estabelecido entre Cuba e os médicos. Nós temos uma legislação específica para o programa Mais Médicos e essa legislação vem sendo cumprida. Não há relação de emprego e sequer relação de trabalho entre os médicos cubanos e o Brasil”, afirmou Paulo Henrique Kuhn, procurador-geral da União.

Ele negou que haja controle sobre os médicos cubanos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

“O Brasil não tem nenhuma orientação, não tem nenhuma restrição, não vai exercer nenhum controle com relação a esses médicos. Eles têm dentro do território brasileiro liberdade de ir e vir e de se relacionar”, disse Paulo Henrique Kuhn.”

Pelo exposto, peço o apoio dos nobres colegas para a aprovação do presente requerimento e para a discussão desta questão nesta Comissão.

Sala das Comissões, 28 de fevereiro de 2014.

DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA
PSDB/SP